

Autor: Joana Moura, Márcia Galvão e P.C.S.
Data: Sexta-feira, 23 de Fevereiro de 2007
Pág.: 35
Temática: Política

Especialistas rejeitam proposta do Procurador

Inversão do ónus da prova em crimes fiscais é contestada por partidos, fiscalistas e constitucionalistas.

"Algo tem que ser feito nesse sentido [inversão do ónus da prova] para fins fiscais ", afirma o PGR.

Fiscalistas e constitucionalistas contactados pelo DE rejeitam a proposta do Procurador-geral da República (PGR), que em entrevista à RTP admitiu a inversão do ónus da prova em termos fiscais para suspeitas de enriquecimento ilícito. "Algo tem que ser feito. Ao nível fiscal, tenho dúvidas de que não tenha que haver uma proposta neste sentido [inversão do ónus da prova]". Pinto Monteiro falava na sequência da proposta apresentada pelo exdeputado socialista João Cravinho. Esta, previa a criminalização do enriquecimento ilícito, o que pressuponha a inversão do ónus da prova, mas o deputado acabou por deixá-la cair, por questões de natureza constitucional. Em termos penais, os socialistas já tinham reclamado que esta medida ia contra a presunção de inocência, um direito fundamental.

Na quarta-feira, Pinto Monteiro defendeu esta inversão para fins fiscais. **No entanto, o fiscalista Ricardo da Palma Borges garante que "já há normas para lidar com esta situação. O sujeito já tem de provar a origem dos seus rendimentos quando se detectam padrões de consumo diferentes dos rendimentos declarados. A questão só se pode colocar do ponto de vista penal".** Uma ideia que os partidos corroboram, com PS, BE, PCP a garantirem que aquilo que o PGR propõe já existe na lei fiscal. "O Fisco já tem mecanismos para tributar pelos sinais exteriores de riqueza. A pessoa é que tem a obrigação de provar que não tem o que o Fisco diz", refere António Filipe, do PCP.

A inversão do ónus da prova não se aplica, no entanto, quando estão em causa crimes. Mas a que se referia o PGR? O constitucionalista Rui Medeiros lembra que "se a questão se colocar em termos de crime, a inversão do ónus da prova é inconstitucional porque as garantias do Código de Processo Penal aplicam-se a qualquer crime, independentemente de ser fiscal". Uma posição acompanhada por Bacelar Gouveia: "a inversão do ónus da prova é sempre inconstitucional quando estão em causa crimes, o que não acontece quando nos referimos a contra-ordenações, como a fuga aos impostos", afirma o constitucionalista